



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
GABINETE DO DESEMBARGADOR JOÃO ALVES DA SILVA

ACÓRDÃO

APELAÇÃO N.0002171-81.2012.815.0141

ORIGEM: Juízo da 2ª Vara da Comarca de Catolé do Rocha

RELATOR: Desembargador João Alves da Silva

APELANTE: Município de Jericó

(Adv. Evaldo Solano de Andrade Filho – OAB/PB 4.350-A)

APELADA: Rosilene Nunes da Silva

(Adv. Alexandre da Silva Oliveira – OAB/PB 11.652)

APELAÇÃO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. EMBARGOS. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE AD CAUSAM DO SINDICATO AUTOR DA AÇÃO PRINCIPAL. FALTA DE PROVA DA REPRESENTAÇÃO. REJEIÇÃO. COISA JULGADA. IMUTABILIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- Em conformidade com o normativo inscrito no artigo 8º, inciso III, da Constituição Federal de 1988, “ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas”. Dessa feita, prescindível a discussão *in casu* acerca da comprovação da legitimidade ativa *ad causam* do sindicato para o manejo de ação de cobrança voltada à satisfação de interesses de seus associados.

- Nos termos da mais abalizada e recente Jurisprudência pátria, “Em processo de execução de título judicial, é vedada a discussão acerca da legitimidade de parte no processo cognitivo, em respeito à coisa julgada. Precedentes. 2. *In casu*, mostra-se tardia a alegação de ilegitimidade na fase de execução do julgado, uma vez que se está diante de título executivo judicial acobertado pela coisa julgada”¹.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, em que figuram como partes as acima nominadas.

ACORDA a Quarta Câmara Especializada Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar e, no mérito, negar provimento ao apelo, nos termos do voto do relator, integrando a decisão a certidão de julgamento de fl. 79.

RELATÓRIO

Trata-se de recurso apelatório interposto pelo Município de Jericó contra sentença proferida pelo MM. Juízo da 2ª Vara da Comarca de Catolé do Rocha nos autos dos Embargos à Execução, propostos pelo polo recorrente em face da exequente Rosilene Nunes da Silva, ora apelada.

Na sentença, a douta magistrada *a quo*, a Exma. Juíza de Direito Candice Queiroga de Castro Gomes, julgou improcedentes os pedidos formulados nos embargos à execução manejados, alicerçando-se no afastamento da preliminar de ilegitimidade *ad causam* do sindicato representante da exequente na ação que originara o título executivo a que se pleiteia o cumprimento, bem como na adequação dos cálculos apresentados pela embargada, os quais foram aferidos, inclusive, de acordo com os índices e correções prescritos no título exequendo.

Inconformada, a Fazenda litigante interpôs recurso apelatório, pugnando pela reforma do *decisum* de 1º grau, com a conseqüente extinção do feito sem resolução de mérito, argumentando, em suma, a falta de prova acerca da condição da senhora Francileide Ribeiro de Lima de representante judicial do sindicato, bem assim a ilegitimidade *ad causam* do sindicato na ação originária.

Intimada, a apelada ofertou suas contrarrazões.

Diante da desnecessidade de intervenção do Ministério Público, deixo de remeter os autos à Procuradoria-Geral de Justiça, nos termos do artigo 169, § 1º, do RITJPB c/c o artigo 178, do Código de Processo Civil vigente.

É o relatório que se revela essencial.

VOTO

De início, compulsando-se os autos e analisando-se a casuística posta em discepção, urge adiantar que o presente recurso apelatório não merece qualquer provimento, especialmente porquanto a sentença se afigura irretocável e isenta de vícios, devendo ser mantida em todos os seus exatos termos.

A esse respeito, fundamental destacar que a controvérsia em discepção transita em redor da discussão acerca da suposta ilegitimidade ativa *ad causam* do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Jericó – PB em ação de cobrança que originara o título executivo judicial objeto da presente demanda, por deficiência na representação de sua presidente e por manifesta impossibilidade de tal órgão sindical

litigar em favor de direitos individuais dos seus representados.

À luz desse entendimento e voltando-se à questão submetida ao crivo desta Corte, qual seja a preliminar de ilegitimidade ativa do sindicato, passo a analisá-la, ora, sob o condão de condição da ação, haja vista que, por se referir à ação conexa anterior, já transitada em julgado, ainda se encontrava vigente, à época, o Código de Processo Civil de 1973, consagrador do instituto das condições da ação.

Neste norte, tendo em vista que a dita preliminar de carência de ação fora alicerçada, sobretudo, na deficiência da procuração outorgada e na prova da representação de sua representante, é mister salientar que tal não merece qualquer guarida, especialmente porquanto, nos termos da ordem constitucional pátria, o sindicato é, sim, legítimo representante dos interesses de seus associados, mormente quando na defesa de verbas de natureza laboral, como as que se discutiu na ação de cobrança que motivara o título judicial objeto da presente execução. Sob tal prisma, frisem-se as precisas linhas da Carta Magna:

Constituição Federal de 1988:

“Art. 8º. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte: [...]

III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas; [...]”

Seguindo o raciocínio em referência e trasladando-o à casuística em desate, essencial asseverar que, consoante documentação constante do presente caderno processual, a representação da exequente pelo sindicato representativo de sua classe, nos autos da ação de cobrança suso mencionada, restara perfeitamente demonstrada, sobretudo nos termos do instrumento procuratório colacionado aos autos, por meio do qual a servidora pública outorgara poderes de representação à respectiva entidade classista e esta, por sua vez, investira em mandato os causídicos subscritores da ação que originara o título executivo em apreço.

De outra banda, no que pertine à alegação de deficiência da representação legal do sindicato por parte de sua presidente, há de se ressaltar que tal manifestação não merece acolhida, sobretudo tendo em mente que tal questão não se mostra passível de discussão nesta via. Quer em razão da incompatibilidade dessa análise com a via dos embargos à execução, da impossibilidade de exame de tal arguição por falta de acesso à documentação juntada aos autos da ação de conhecimento originária ou, sobretudo, em vista da coisa julgada recaída sobre o título executivo judicial e, igualmente, sobre a ação que o apelante pretende atacar.

Em outras palavras, fundamental salientar que um eventual reexame da representação legal do sindicato no processo n. 0002461-77.2004.815.0141, nos presentes

autos, representaria ofensa inegável ao preceito da segurança jurídica consubstanciado na intangibilidade da coisa julgada material, notadamente porque a sua reapreciação no presente momento poderia ocasionar, inequivocamente, a reforma de uma sentença imutável proferida em outra *actio*, o que é inconcebível.

Ora, flexibilizar a coisa julgada a esse ponto conduziria à inegável e insuperável violação do instituto, bem assim à afronta direta da segurança jurídica em redor das decisões judiciais. Sobretudo porque vige na ordem pátria o instituto da coisa julgada material, garantidor da segurança jurídica e consagrador da ordem, o qual preconiza a imutabilidade das decisões insuscetíveis de recurso, consoante se constata do art. 5º, XXXVI, da CF, e art. 502, do CPC, *in verbis*:

CF, Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

CPC, Art. 502. Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.

A esse respeito, portanto, frise-se que a própria Jurisprudência pátria vem se manifestando no sentido de que a proteção da coisa julgada implica na vedação à modificação do provimento jurisdicional definitivo em sede de execução ou fase de cumprimento de sentença, conforme denota a análise dos seguintes julgados do Colendo Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PRECATÓRIO. JUROS DE MORA. NÃO INCIDÊNCIA. AFERIÇÃO ACERCA DA EXISTÊNCIA DE COISA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Havendo sentença transitada em julgado determinando a incidência dos juros moratórios até o efetivo pagamento da dívida, não cabe a exclusão de tais consectários dos cálculos da execução, sob pena de afronta à coisa julgada. Precedente da Corte Especial. 2. Impossibilidade de acolhimento da tese defendida, por depender de apuração acerca da existência de sentença transitada em julgado, determinando a incidência dos juros moratórios até o efetivo pagamento. Questão eminentemente fática não delineada pelas instâncias ordinárias. Incidência da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental não provido. (AgRg REsp 1145123/RS, Rel. Min.

ROGERIO S. CRUZ, 6ª TURMA, 25/02/2014, DJe 10/03/2014).

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA. ARGÜIÇÃO NA FASE DE EXECUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. COISA JULGADA. 1. Em processo de execução de título judicial, é vedada a discussão acerca da legitimidade de parte no processo cognitivo, em respeito à coisa julgada. Precedentes. 2. In casu, mostra-se tardia a alegação de ilegitimidade na fase de execução do julgado, uma vez que se está diante de título executivo judicial acobertado pela coisa julgada (art. 568, I, do CPC). 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg REsp 444.938/SP, Rel. Min. ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA, 6ª TURMA, 05/03/2013).

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO. TELEMS. PROGRAMA COMUNITÁRIO DE TELEFONIA. LEGITIMIDADE PASSIVA. QUESTÃO DECIDIDA NO PROCESSO DE CONHECIMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 1. As questões efetivamente decididas, de forma definitiva, no processo de conhecimento (ação civil pública), ainda que de ordem pública, como a legitimidade passiva *ad causam*, não podem ser novamente debatidas, sobretudo no processo de execução, sob pena de vulneração à coisa julgada (REsp 917.974/MS, relator Min. Luis Felipe Salomão, DJ 4.5.2011). 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 165.050/MS, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 16/08/2012, DJe 23/08/2012).

Diante de toda a inteligência acima referendada, não subsistem quaisquer dúvidas acerca da imperiosa rejeição da preliminar de ilegitimidade ativa *ad causam* do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Jericó – PB, relativamente aos autos da ação de cobrança n. 0002461-77.2004.815.0141.

Em razão das considerações tecidas, com arrimo na mais abalizada Jurisprudência do Colendo STJ, rejeito a preliminar de ilegitimidade ativa *ad causam* e, no mérito, nego provimento ao apelo interposto, mantendo incólumes todos os termos da sentença vergastada. É como voto.

DECISÃO

A Quarta Câmara Especializada Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba decidiu, por unanimidade, rejeitar a preliminar e, no mérito, negar provimento ao apelo, nos termos do voto do relator.

Presidiu a sessão o Exmo. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira. Participaram do julgamento o Exmo. Des. João Alves da Silva, o Exmo. Des. Romero

Marcelo da Fonseca Oliveira e o Exmo. Juiz Convocado Gustavo Leite Urquiza (com jurisdição plena para substituir o Exmo. Des. Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho).

Presente ao julgamento a Exma. Dra. Vanina Nóbrega de Freitas Dias Feitosa, Promotora de Justiça.

Sala de Sessões da Quarta Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, João Pessoa, 02 de agosto de 2016.

João Pessoa, 04 de agosto de 2016.

Desembargador João Alves da Silva
Relator